



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS		
EVENTO: Audiência Pública/Reunião Ordinária	Nº 1.46 8/03	DATA: 17/9/2003
INÍCIO: 14h48min	TÉRMINO: 16h17min	DURAÇÃO: 1h29min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h28min	PÁGINAS: 25	QUARTOS: 18

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ASMA JAHANGIR - Relatora Especial da Organização das Nações Unidas — ONU sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias.

SUMÁRIO: Visita da Relatora Especial da ONU Asma Jahangir à Comissão. Votação e aprovação de requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

Houve exposição em inglês, com tradução simultânea.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião da Comissão de Direitos Humanos.

Sras. e Srs. Deputados, demais autoridades presentes, a Comissão de Direitos Humanos tem neste momento a honra de receber a advogada paquistanesa Dra. Asma Jahangir, Relatora Especial da ONU sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias.

A Dra. Asma Jahangir se encontra no País a convite do Governo brasileiro e cumprirá programa que, além da Capital Federal, incluirá os Estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Pará, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Desde que assumiu o cargo de Relatora Especial da ONU em 1998, a Dra. Asma Jahangir já visitou o México, Timor Leste, Nepal, Turquia, Honduras, Macedônia, Albânia, Kosovo, República Democrática do Congo, bem como, recentemente, o Afeganistão e a Jamaica.

De imediato, convido a Dra. Asma Jahangir para compor a Mesa. Como Dra. Asma falará em inglês, solicito também as tradutoras que tomem assento à mesa, pois haverá tradução para facilitar a compreensão ao Plenário.

É importante ainda registrar que a vinda da Dra. Asma Jahangir ao Brasil tem como objetivo avaliar a situação e, principalmente, a forma de ação da Polícia brasileira. De acordo com seus assessores, a Dra. Asma Jahangir tem recebido inúmeras denúncias de ONGs de que os assassinatos no Brasil têm aumentado nos últimos anos. Um dos casos de grande repercussão internacional foi a chacina de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás, no sul do Pará, em confronto com policiais militares em 1996.

Na avaliação feita por ONGs, o número de homicídios no Brasil superaria ao de mortes na Colômbia, país em verdadeira plena guerra civil. Somente no primeiro semestre de 1999, 23.300 pessoas foram assassinadas no Brasil. Dessas, 2 mil foram mortas pela Polícia e por outros agentes do Governo.

A Dra. Jahangir será a terceira Relatora da ONU a vir ao Brasil em menos de 3 anos. Nas outras vezes, as conclusões foram consideradas graves para nosso País.

É importante lembrar também que, recentemente, tivemos gravíssimas denúncias de tortura, de assassinatos em massa, casos com grande repercussão



nacional que, parece, estão ocorrendo num crescendo em nosso País. Portanto, a vinda da Dra. Asma Jahangir ao Brasil é de extrema importância para, quem sabe, buscarmos efetivas soluções para a redução de tanta violência, principalmente por parte de setores que deveriam garantir a segurança à população brasileira.

As conclusões da Dra. Asma Jahangir serão apresentadas em sessão da Comissão de Direitos Humanos da ONU no ano que vem.

Registro também a presença do Embaixador Tadeu Valadares, a quem convido para igualmente fazer parte da Mesa.

Informo aos Srs. Parlamentares que, imediatamente após à exposição da Dra. Asma, será iniciada reunião ordinária em que apreciaremos diversas matérias constantes da pauta.

Concedo a palavra à Dra. Asma Jahangir, representante da ONU.

A SRA. ASMA JAHANGIR - *(Exposição em inglês. Tradução simultânea.)* -

Em primeiro lugar, gostaria de deixar umas palavras de agradecimento ao Governo do Brasil pelo convite feito para que eu visitasse o País. Ao que me consta, é a primeira vez que um Governo convida uma inspetora da ONU para fazer uma visita dessa natureza .

Isso é extremamente importante, porque é uma demonstração de vontade política por parte das autoridades brasileiras no sentido de corrigir erros graves que no passado foram cometidos no Brasil. Como acabou de dizer o Sr. Presidente, isso é muito importante, porque nosso propósito é investigar denúncias de execuções sumárias, extrajudiciais e arbitrárias.

Lemos, com prazer, que as autoridades brasileiras estão empenhadas em corrigir essa situação. Mas há também, infelizmente, exemplos de casos de autoridades de certos Estados que demonstram satisfação em saber que algumas pessoas estão sendo mortas por abuso de forças policiais, porque aparentemente mereceriam ser mortas. Infelizmente, isso ainda acontece no Brasil.

É um momento muito importante, muito promissor para o Brasil, de muita esperança e otimismo, com participação cada vez mais dinâmica da sociedade civil, cada vez mais presente inclusive no Congresso Nacional, como é o caso hoje.



Não podemos apenas ficar repetindo as denúncias. Temos de também dar nosso apoio, trabalhar de maneira coordenada, ajudar o Governo brasileiro para que o País possa ir adiante e deixar para trás esse legado, essa herança de violência.

Não estamos aqui apenas para criticar o Brasil. Estamos tentando ajudá-lo a superar essa fase em que houve problemas de violação dos direitos humanos. Acho que o País deve e pode assumir a liderança mundial nessa etapa da sua vida. Estamos muito esperançosos com essa posição. Não estamos aqui só para denunciar, mas como uma pessoa de fora que vem, objetivamente, trazer sua experiência naquilo que aprendeu em outros países do mundo para o estabelecimento de melhores práticas no combate à violência. Medidas corretas devem ser tomadas, porque, caso contrário, não vão resolver coisa nenhuma.

Temos, sim, de dar todo o apoio ao Governo do Brasil, para que leve avante o que está tentando fazer no momento.

Finalmente, gostaria de dizer que não quero deixar aqui a impressão de que, na minha opinião, tudo já está resolvido, não há mais nada sério a ser tratado. Há, sim. Há ainda um número muito grande de denúncias sobre pessoas que continuam a ser mortas por forças policiais; há ainda muitas denúncias acerca de muita impunidade. É preciso que se adotem medidas eficazes e efetivas. É preciso que o Brasil pense em que sentido pretende agir, com o compromisso para que isso possa ser superado, e, de maneira coordenada, trabalharmos todos juntos para que isso possa ser feito.

E mais uma vez obrigada por me receberem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Aproveitando esta oportunidade quase única da visita da Relatora Especial da ONU, concederei a palavra a Parlamentares e representantes de entidades que queiram fazer algum tipo de questionamento a S.Sa.

Inicialmente, concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, na condição de Presidente da Subcomissão Permanente do Sistema Prisional, Grupo de Extermínio, Tortura e Trabalhos Forçados, criada em abril deste ano, queremos entregar um relatório das denúncias que recebemos sobre a prática da execução sumária no Entorno de Brasília.



Aqui próximo, diversas pessoas foram assassinadas barbaramente em ações da Polícia. Algumas os corpos não apareceram ainda. As famílias estão lutando para dar-lhes um enterro cristão. São 9 casos: 1 em Brasília e 8 em cidades do Entorno, principalmente cidades do Estado de Goiás.

Também há 2 casos na Bahia e 1 em Manaus de execução sumária, 9 de pessoas torturadas, ameaçadas de morte por policiais e mais 9 também em Manaus.

A prática da tortura está vinculada à execução sumária. As vítimas, antes de serem assassinadas, são torturadas. Há também casos de extorsão. Muitas vezes, a própria família é achacada. E, infelizmente, os policiais que assim agem não são punidos, porque, na grande maioria, os inquéritos são malfeitos, realizados por delegados que não são de carreira.

É preciso mudar esse quadro. Daí a luta da Comissão de Direitos Humanos para eliminar a impunidade no País, porque ela está associada ao processo de corrupção de policiais, que, muitas vezes, utilizam até armas clandestinas. No meu Estado mesmo — e entregarei, no dia 23, em Itambé, relatório da Paraíba sobre diversos casos de execução sumária — a grande maioria dos integrantes das Polícias Militar e Civil utiliza armas clandestinas, adquiridas de contrabandistas. Assim, quando as pessoas são assassinadas, ao ser feito o exame de balística, nada se descobre a respeito da arma, porque é clandestina.

Em nome da Subcomissão Permanente do Sistema Prisional, Grupo de Extermínio, Tortura e Trabalho Forçado, solicito ao Presidente Enio Bacci que me acompanhe na entrega deste relatório à Dra. Asma Jahangir. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Serão formados blocos de 4 Parlamentares para apresentar questionamentos à Relatora Especial da ONU.

Assim sendo, em primeiro lugar, concedo a palavra à Deputada Luciana Genro.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Boa tarde, Dra. Asma Jahangir. É um prazer recebê-la nestas Comissões.

Com certeza, a senhora vai receber várias denúncias de sérios problemas existentes no País na área de direitos humanos. Desejo referir-me a 2, em especial, que me parecem estar na ordem do dia da conjuntura nacional. O primeiro diz respeito à onda de assassinatos e prisões de líderes e lutadores pela terra no Brasil.



Levantamento publicado recentemente nos jornais revela que, somente nos primeiros 7 meses deste ano, mais líderes da luta pela terra foram assassinadas do que em todo o ano passado. Padres, sem-terra, sindicalistas, pessoas que se envolvem na luta pela reforma agrária e com ligações com o MST permanentemente são perseguidas pelos latifundiários, que têm se armado ostensivamente com milícias e têm apoio das forças policiais.

Como reação às ocupações e lutas que o MST vem promovendo, especialmente no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, uma das áreas mais conflagradas na luta pela terra, há uma onda de prisões de lideranças de sem-terra, a exemplo de José Rainha e de sua esposa, Diolinda, presa em circunstâncias brutais: 2 de seus filhos, crianças pequenas, foram deixadas em casa sozinhas, no momento em que foi presa.

Nesta sexta-feira, o Movimento de Mulheres na Luta pela Terra vai promover grande manifestação no Pontal do Paranapanema. Não sei se a senhora teria condições de se deslocar até lá. Tenho certeza de que será momento muito importante na luta pelos direitos humanos, quando as mulheres especialmente e todos aqueles que são solidários à luta do MST e repudiam as prisões realizadas vão realizar grande passeata de solidariedade aos presos políticos, especialmente à companheira Diolinda.

A questão de prisões e assassinatos, sem dúvida, é das mais importantes no que se refere à luta pelos direitos humanos. Gostaríamos muito de uma declaração do Governo brasileiro sobre sua posição política em relação a esses fatos, dando a eles o caráter que realmente têm, e não de considerá-los crimes comuns, como os juízes e delegados que levam a cabo essas prisões tentam fazer parecer. Até o momento, não houve manifestação oficial do Governo, declarando essas prisões políticas e sua preocupação com os rumos que a Justiça está tomando na luta pela terra.

Também seria importante que a Comissão de Direitos Humanos da ONU se manifestasse quanto à prisão dessas lideranças no Pontal do Paranapanema.

O segundo aspecto que gostaria de apresentar à senhora diz respeito à luta das famílias dos mortos e desaparecidos no guerrilha do Araguaia. É provável que familiares deles também façam contato, porque estamos num momento muito



delicado dessa luta. São 21 anos de batalha judicial para que o Governo brasileiro ordene a abertura dos arquivos militares a respeito, a fim de que os restos mortais dos guerrilheiros assassinados naquele embate sejam devidamente localizados e sepultados pelas famílias, a fim de que essa parte da história do Brasil, guardada a 7 chaves, finalmente seja esclarecida.

Após 21 anos de luta judicial, os familiares conseguiram sentença da Juíza Solange Salgado determinando a quebra do sigilo de todas as informações militares referentes às operações no Araguaia.

É importante lembrar que a própria Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA já havia acolhido o pedido das famílias para que o Governo promovesse a abertura dos arquivos. Lamentavelmente, o Governo Fernando Henrique Cardoso perdeu a oportunidade de resgatar essa parte da nossa história.

Agora, apesar dos apelos dos familiares, o Governo brasileiro recorreu da sentença da Juíza Solange Salgado e, no recurso, pede a invalidação da sentença na parte em que determina o depoimentos dos militares e a liberação dos documentos das Forças Armadas sobre a guerrilha do Araguaia.

Embora os familiares vejam isso como avanço importante, o Governo precisa acatar a parte da sentença que determina a localização e o devido sepultamento dos restos mortais dos guerrilheiros. Entretanto, há o temor das famílias de que não localizem os corpos sem os depoimentos dos militares e o total acesso aos documentos sobre a guerrilha.

Vou também passar à senhora Carta Aberta dos familiares dos mortos e desaparecidos na guerrilha do Araguaia ao Presidente Lula, na qual eles apresentam suas reivindicações. E também um documento, divulgado pelo grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, de repúdio à decisão do Governo de recorrer contra a sentença da Juíza Solange Salgado e de apelo no sentido de que esse episódio triste da história brasileira seja finalmente resgatado num Governo composto por diversos políticos que foram perseguidos, presos e até torturados durante o regime militar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ennio Bacci) - Srs. Deputados e representantes de entidades presentes, solicito o máximo de brevidade nas



intervenções, porque a Ordem do Dia está prestes a se iniciar. Não gostaríamos que tão importante audiência ficasse pela metade.

O próximo orador inscrito é o Deputado Inaldo Leitão, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO INALDO LEITÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, cumprimento especialmente a representante da ONU presente nesta reunião.

Em primeiro lugar, quero fazer um apelo; depois, um pedido de informações. O apelo é para que esta Comissão se empenhe efetivamente na aprovação de projeto de resolução que cria a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o sistema prisional brasileiro.

Vejo, entre diversas matérias veiculadas pela imprensa, essa do jornal *O Globo*, de 16 de setembro deste ano, sob o título *Cruzada contra a tortura*. A tortura é uma das práticas criminosas mais bárbaras de que se tem notícia, porque envolve o Estado contra alguém que não tem capacidade de reação. Infelizmente, a marca do nosso sistema prisional é a tortura. É preciso realmente uma cruzada, que exige a participação do Poder Legislativo com o instrumento mais forte de que dispomos na nossa estrutura legal e regimental, ou seja, a Comissão Parlamentar de Inquérito com poderes de autoridade judiciária.

Conversei com o Deputado Orlando Fanatizai, que também está envolvido nesse propósito, para que o Presidente da Câmara, o Deputado João Paulo Cunha, assim como o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação priorizem a instalação dessa CPI.

Em segundo lugar, gostaria de obter da Relatora Especial da ONU informações sobre execuções extrajudiciais, sumárias e arbitrárias. De que forma a ONU vem acompanhando as execuções sumárias que ocorrem em alguns países, conforme a imprensa noticia freqüentemente, entre eles Cuba, China, alguns países árabes e outros do Oriente? De que forma a ONU vem atuando para colocar um basta nessas execuções sumárias, independentemente da ideologia, dos governantes, sejam de direita, de esquerda, de extrema direita ou de extrema esquerda? Direitos humanos não têm partido, não tem preferência de Governo e deve ser objetivo de todos.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Tem a palavra o Deputado José Linhares.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, faço uma saudação especial à representante da ONU e aos demais membros da Mesa.

O tema “tortura” está tornando-se algo comum dentro do Brasil. A imprensa como um todo colocou em evidência o problema daquele chinês, que sofreu, mas até hoje ninguém sabe quem o torturou, se a Polícia Federal ou a Polícia Estadual. Existe uma troca de responsabilidade numa evasão de consciência daquilo que foi praticado. Fala-se que o chinês portava 30 mil dólares — não sei isso tem fundamento. Ninguém sabe a causa específica.

Em primeiro lugar, apresento um questionamento à nossa Comissão: a quem nos reportarmos quando essas torturas se evidenciarem, à Polícia Federal, à Polícia estadual ou à Justiça? Até que ponto a Justiça absorve essas notícias?

Sabemos que o jornal é de uma transitoriedade muito grande. Fica em foco determinado tema, mas, logo após, cai no olvido e não mais se fala sobre o assunto. Essa seria a primeira preocupação. A nossa Comissão deveria aprofundar isso. A CPI talvez pudesse chamar às falas — como dizemos lá no Nordeste — os responsáveis.

Farei um questionamento também à nossa representante da ONU. A imprensa diz que o Brasil está tornando-se um dos países mais violentos do mundo. A violência vem grassando de maneira ostensiva; outrora, era camuflada. A violência faz com que ocupemos esse espaço. Não seria privilegiar o desprivilegiado dentro do cenário nacional?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - A próxima Parlamentar inscrita é a Deputada Sandra Rosado. *(Pausa.)* Ausente.

Mais algum Deputado gostaria de se manifestar? *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Leonardo Mattos.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MATTOS - Em primeiro lugar, cumprimento a representante da ONU, que, a convite do Governo brasileiro, nos honra muito com



a presença, assim como as pessoas que a acompanham. S.Sa. chega num momento muito importante da vida política e social brasileira, tendo em vista que estamos fazendo uma transferência do poder político em nosso País, para um novo entendimento do papel do Governo e da sociedade brasileira.

Gostaria de obter algumas informações, ao mesmo tempo em que, por intermédio da senhora, mando nossos abraços, nossos respeitos ao povo paquistanês.

A Deputada Luciana Genro abordou alguns pontos, como a violência contra os sem-terra. Estenderia esses focos para a questão dos homossexuais.

Qual é o tratamento da ONU no combate à violência contra esse importante segmento da nossa sociedade, principalmente quando a Câmara dos Deputados começa a trabalhar na evolução de projetos que visam à defesa desse segmento da sociedade brasileira, hoje extremamente violentado do ponto vista físico, moral, emocional e social por parte também da Polícia.

A senhora pode responder ou não minha última pergunta. Desejo saber a posição da ONU diante dessas ações violentas cometidas pelos Exércitos americano e inglês contra povos árabes e do Afeganistão. Tivemos informações de que o Afeganistão está num verdadeiro caos, talvez em situação mais grave ainda do que a do Iraque. A ONU tem adotado alguma medida para conter essa violência desenfreada do Governo americano?

Muito obrigado e, mais uma vez, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Antes de passarmos às perguntas dos representantes das entidades, faremos uma breve ponderação. Pelo que foi apresentado pelos Deputados Inaldo Leitão e José Linhares, precisamos agilizar a CPI do sistema prisional. Quando se fala nessa questão de tortura e violência, precisamos atacá-la em diversos aspectos.

Recentemente, como Presidente desta Comissão, encaminhei ofício ao Ministro das Comunicações. Gostaria que o Plenário desta Casa tivesse conhecimento disso, porque entendo que a mídia tem papel fundamental na questão da violência. No momento em que a mídia torna a violência algo comum, banal, já estamos culturalmente prejudicando a revolta, que deveria ser natural, do povo brasileiro contra qualquer ato de violência.



Já ouvi pessoas, quanto a esse caso do chinês, dizer: “*Quem sabe, ele devia?*” Independentemente de dever ou não, a tortura, a violência, a extrapolação dos direitos constitucionais são inaceitáveis.

Recentemente, no *SBT*, num programa de domingo à tarde, houve claramente uma apologia ao crime, uma incitação à violência, um desrespeito ao Código Brasileiro de Telecomunicações. A televisão brasileira — já existe aqui um grupo que trabalha contra a baixaria na mídia — vem piorando a qualidade da sua programação, incitando à violência, mostrando cenas de sexo explícito, explorando algo em busca de audiência. Então, diante desse quadro armado no programa de domingo, encaminhamos ao Ministro um ofício. Gostaria que a Comissão tivesse ciência desse fato. Não houve tempo de consultá-la. Como é praxe minha, na condição de Presidente e magistrado, gostaria que a Comissão me desse respaldo para esse encaminhamento. Este é o teor do documento:

Sr. Ministro,

Cumprimentando o ilustre Ministro, informamos que, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, recebemos diversas denúncias sobre a suposta entrevista do comando criminoso PCC feita no programa Domingo Legal, do apresentador Gugu Liberato, no dia 7 de setembro, num flagrante ato de sensacionalismo e de desrespeito aos preceitos do código de ética de televisão.

Mesmo tomando conhecimento, através da grande imprensa, de que a Polícia do Estado de São Paulo, nas suas investigações preliminares, constatou que as entrevistas foram forjadas por atores, o fato é que fizeram abertamente ameaças à integridade física dos repórteres jornalistas Datena e Marcelo Rezende e do Padre Marcelo Rossi, bem como das autoridades políticas, causando um profundo mal-estar aos telespectadores e, mais grave, apreensão dos familiares das pessoas citadas.

Diante da gravidade do episódio e da falta de respeito e de responsabilidade da direção do programa



com seu público, esta Comissão, ou este Presidente desta Comissão, entende ser imprescindível que esse Ministério intervenha no sentido de descobrir e punir os responsáveis pela divulgação das atividades e das denúncias ora apresentadas, por considerar a referida entrevista sem propósito e desprovida de qualquer conteúdo educativo ou ético.

Conhecedor do seu rigor ético e do engajamento de V.Exa. na campanha pela ética na televisão, solicitamos providências no sentido de se apurarem os fatos, exigindo da direção daquela emissora uma retratação e, se necessário for, uma punição exemplar, com o rigor da lei.

Certo de contar com sua atenção, renovo meus protestos de alta estima e de apreço.

Creio que é uma posição coerente com o trabalho que esta Comissão sempre desenvolveu e que também diz respeito ao aumento da violência no Brasil. No momento em que a mídia mostra claramente atos de violência como se fossem fatos corriqueiros, cenas de pessoas se suicidando na televisão com tiro na cabeça, cenas de violência com sangue, mostrando ao adolescente, inclusive, que ele precisa se acostumar com isso, a televisão está fazendo um desserviço a todos aqueles que pretendem atuar e reduzir o crescimento da violência, em especial da violência institucional cada vez maior no País.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, é importante esse encaminhamento. Hoje a Comissão de Ciência e Tecnologia também aprovou requerimento, encaminhado pela bancada do PT, com o objetivo de realizar audiência pública, nos próximos dias, para a qual será convocado o Sr. Gugu Liberato, a fim de que dê explicações sobre aquele fato.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Inclusive, Deputado Luiz Couto, proponho que logo mais, na reunião ordinária, apresentemos um requerimento para que se realize audiência conjunta, de forma a participarmos desse mesmo evento, para que se evite que ele seja convidado, quem sabe, por diversas Comissões.

Com a palavra o Deputado Babá.

O SR. DEPUTADO BABÁ - Dirijo-me à representante da ONU para falar dos problemas que vêm acontecendo no nosso Estado, o Pará.

Há poucos dias, numa chacina em São Félix do Xingu, foram assassinados brutalmente quase 10 trabalhadores. Isso mostra claramente que a sensação de impunidade só tem contribuído para a ampliação da violência. Basta ver o julgamento relativo à chacina de Eldorado do Carajás. Devido a esse sentimento de impunidade, cada vez mais se amplia o número de trabalhadores rurais mortos, incluindo lideranças do movimento. O Estado do Pará, infelizmente, continua com o triste recorde de brasileiros mortos no campo. Talvez seja o maior número da América Latina. Em 30 anos, foram pelo menos 700 pessoas assassinadas. Isso não tem diminuído. Neste ano, só no Estado do Pará, já morreram 16 pessoas.

É preciso que providências sejam tomadas. A questão de Eldorado do Carajás já é uma denúncia internacional. Pede-se que o Congresso Nacional vote a lei que pune os responsáveis por crimes contra os direitos humanos. Os trabalhadores rurais dos locais onde acontecem muitas mortes devem ser julgados no âmbito federal e não estadual, porque a pressão é muito forte. Infelizmente, a Justiça do nosso Estado é conivente com o latifúndio e, por isso, não toma providências. É reduzidíssimo o número de condenações de pessoas envolvidas nesses crimes todos.

Aproveito a oportunidade para fazer uma denúncia sobre um problema que continua acontecendo em Serra Pelada. Tenho relatos de companheiros garimpeiros de que foi autorizada uma intervenção do Governo no sentido de que sejam investigadas as mortes de garimpeiros e dirigentes sindicais, como foi o caso do presidente do sindicato dos garimpeiros. O certo é que o Prefeito de Curionópolis, o Major Curió, comandante do Exército no período da Guerrilha do Araguaia e também em Serra Pelada, no tempo da exploração de ouro, infelizmente continua comandando a violência naquela região. Esses trabalhadores têm projeto que



tramita na Casa para que seja devolvida Serra Pelada aos garimpeiros. Essa proposição foi aprovada na Câmara e encaminhada ao Senado.

Há necessidade de uma intervenção mais forte do Governo Federal no que diz respeito aos direitos humanos e à resolução da situação desses garimpeiros. O Governo lhes deve dinheiro, referente ao paládio que vinha agregado ao ouro. À época, a Caixa Econômica Federal não pagou a esses garimpeiros. Também deve haver a devolução de Serra Pelada, porque isso atinge milhares de pessoas. Estima-se que pelo menos 50 mil garimpeiros estão sofrendo problemas decorrentes do abandono e da doença de Minamata, provocada pelo mercúrio. O tratamento de saúde desses garimpeiros é controlado pela Companhia Vale do Rio Doce e pela Prefeitura de Curionópolis. A situação de saúde dessas pessoas é grave. Queremos que seja investigado o tipo de tratamento que está sendo a elas dispensado, pois muitas denúncias têm sido feitas.

Serra Pelada é conhecida no mundo inteiro. Retirou-se muito ouro de lá, e ainda há ouro. Os garimpeiros, aliados ao Governo, precisam ter o controle para fazer essa exploração e tentar minimizar, de uma vez por todas, o problema da miséria e da fome que esses garimpeiros atravessam, tanto os que permaneceram em Serra Pelada quanto os que se espalharam naquela região, ficando sem terra, sem teto, abandonados à própria sorte.

Era esse o registro que gostaria de fazer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Registramos a presença de um grupo de garimpeiros.

Concederemos a palavra aos representantes de algumas entidades que se inscreveram para fazer uso da palavra.

Com a palavra, em primeiro lugar, a Sra. Mary Aune, representante da Comunidade Bahá'í do Brasil.

A SRA. MARY AUNE - Boa tarde a todos.

Sra. Relatora, Srs. Deputados, represento a Comunidade Bahá'í do Brasil. Venho trazer ao conhecimento da Sra. Relatora uma grande preocupação dos cerca de 50 mil bahá'ís do Brasil quanto à perseguição e execução de membros de sua comunidade no Irã. A Comunidade Bahá'í representa a maior minoria religiosa naquele país, com aproximadamente 300 mil membros; apesar disso, não é



reconhecida pela Constituição nacional e é sistematicamente perseguida pelas leis iranianas.

A fé bahá'í tem sido perseguida no Irã desde a sua fundação, em meados do século XIX. Os primeiros seguidores enfrentaram violenta oposição, tanto da parte das autoridades religiosas islâmicas como das sucessivas dinastias. Estima-se que cerca de 20 mil pessoas pereceram em massacres organizados no decorrer do século XIX. Somente entre os anos de 1978 e 1998, mais de 200 bahá'ís foram sumariamente executados pelo Governo iraniano — na grande maioria membros dos conselhos administrativos da Comunidade Bahá'í democraticamente eleitos.

Especialmente durante os anos 80, centenas de outros bahá'ís foram aprisionados, e dezenas de milhares privados de seus empregos, pensões, negócios e oportunidades de educação. Não há qualquer viés de perseguição por motivos étnicos subjacentes ou motivos políticos. A maioria dos bahá'ís iranianos é proveniente da mesma origem étnica persa ou azerbaijana, como os outros representantes da população no Irã, e representa também uma seção transversal das classes sociais no Irã. Os bahá'ís enfrentam tais perseguições unicamente por causa de suas crenças religiosas.

Segundo a concepção iraniana de um Governo islâmico, essa exclusão significa que os bahá'ís não desfrutam de qualquer direito e podem ser agredidos e perseguidos sem punição. Dessa forma, embora o número de execuções tenha diminuído nos últimos anos, devido à pressão internacional e às inúmeras resoluções da própria ONU, o Governo iraniano continua negando sistematicamente os direitos aos bahá'ís. Em algumas circunstâncias lhes é permitido trabalhar e estudar até o nível médio, mas não podem cursar o nível superior, desde que não se identifiquem como bahá'ís. Os que são aprisionados são induzidos a renunciar a sua fé, proclamando-se muçulmanos, sob pena de serem torturados e executados.

Um dos casos mais emblemáticos é o da jovem Mona, que, em outubro de 1982, foi levada presa de sua casa na cidade iraniana de Shiraz, juntamente com seu pai. Após 5 meses de tortura e humilhação, o pai da Mona foi enforcado; sua mãe passou cerca de 5 meses presa junto com a filha, tendo sido libertada poucos dias antes da data da execução de Mona. Sua irmã foi a única pessoa, de toda a família, que não foi presa. Mona passou todo o tempo em que esteve encarcerada



fazendo orações e dedicando-se a prestar conforto espiritual às companheiras de cadeia.

Em todos os interrogatórios a que foi submetida, inclusive sob torturas desumanas, a jovem nunca deixou de pronunciar sua fé. Porém, em 18 de junho de 1983, Mona e outras 9 mulheres bahá'ís secretamente foram condenadas à morte por enforcamento. O principal motivo alegado contra Mona foi o fato de que ela ensinava a fé Bahá'í para crianças. No dia do enforcamento, Mona pediu para que fosse a última das 10, a fim de que pudesse orar pelas companheiras. Ao chegar sua vez, ela beijou o laço da corda que envolvia seu pescoço e fez uma oração. Mona tinha 17 anos. Como de costume, as famílias das 10 vítimas somente foram avisadas dos enforcamentos na manhã do dia seguinte.

Histórias como essa demonstram a vulnerabilidade da Comunidade Bahá'í não só naquele país, mas também em diversos outros. Os bahá'ís do Brasil expressam aqui o desejo de que essa situação seja cuidadosamente analisada, considerando que se trata de uma das violências mais contumazes praticadas por um Governo contra uma comunidade religiosa.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Informo que a Relatora tem audiência marcada, às 16h, no Supremo Tribunal Federal e que, por isso, só poderá permanecer aqui por mais 10 minutos.

Estão inscritos ainda o Reverendo Romeu Olmar Klich, representante do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, e outros, mas, lamentavelmente, não haverá tempo para todos.

Registro a presença do Movimento de Familiares e Amigos das Mulheres Assassinadas de Almirante Tamandaré, no Paraná, representado pela Sra. Jussara Alves.

Concedo a palavra ao Reverendo Olmar, que representa as demais entidades e a quem peço que seja breve.

O SR. ROMEU OLMAR KLICH - Sr. Presidente, Sra. Relatora, senhoras e senhores, na parte da manhã, pude fazer o relato desse problema para a sociedade.



Agora, porém, não poderei fazer as considerações como gostaria porque a Relatora terá de se ausentar devido a outros compromissos e terei de ser sucinto.

Primeiro, gostaria de dizer que, neste momento, vivemos no Brasil período de mudanças profundas e de grande expectativa com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É um momento de expectativa, em que principalmente a sociedade civil espera que o novo Governo consiga dar respostas efetivas para esse quadro de graves violações de direitos humanos. Entretanto, embora isso simbolize a consolidação do Estado democrático, ao trabalhar o problema das execuções sumárias, deparamo-nos com uma estrutura que perpassa a história do nosso País e chega ao Estado democrático de forma intocada, que é exatamente o sistema de justiça e de segurança pública em nosso País.

A polícia que temos hoje é a mesma da ditadura militar, é a Polícia Militar da repressão, do combate aos movimentos sociais, de perseguição e repressão às manifestações populares; é a mesma Polícia Civil da tortura, do período da ditadura militar, e que agora se volta para os segmentos mais vulneráveis e frágeis da população, vítimas de execuções arbitrárias e sumárias. E essa estrutura entra no Estado democrático tal qual no período do Estado de exceção, que foi a ditadura militar.

Observando os relatos, percebemos que o esquadrão da morte que atuou e eliminou pessoas naquele momento se consolida na Scuderie Le Cocq, do Espírito Santo, uma entidade da sociedade civil organizada formada por representantes de diversos segmentos sociais — políticos, magistrados, personalidades conhecidas etc. Hoje, esse esquadrão da morte se apresenta na forma de grupos de extermínio compostos, na maioria, por policiais responsáveis por promover a limpeza social em nosso País.

O que se propõe nesta Casa? Tem-se discutido muito esse problema no País e se buscado um jeito de melhorar essa estrutura e essa polícia. Entretanto, a posição da sociedade civil é a de que não há como remendar isso.

A alternativa é a construção de uma nova polícia, uma nova estrutura de segurança pública em nosso País, em que o beneficiário desse sistema deixe de ser o Estado e passa a ser, de fato, a sociedade civil, a cidadania e os direitos humanos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Tem a palavra a Relatora Especial da ONU, Dra. Asma Jahangir, para suas considerações finais.

A SRA. ASMA JAHANGIR - (*Exposição em inglês. Tradução simultânea.*) - Em primeiro lugar, quero pedir desculpas por ter de cortar o nosso encontro, mas tenho realmente um compromisso marcado às 16h. Não queria, porém, sair daqui sem ouvir todos os inscritos. E vim aqui justamente para isto: ouvir.

Peço desculpas aos Parlamentares se não poderei ouvir e responder a todos os questionamentos feitos nesta reunião. Quero deixar bem claro que nós, das Nações Unidas, estamos muito conscientes da perseguição contra os bahá'ís. Eu mesma venho dessa parte do mundo. Sou do Paquistão. Portanto, tenho muita informação a esse respeito. Sei perfeitamente o que acontece. Estamos examinando a situação com muito cuidado. Estou aqui para receber informações, e vou usá-las da melhor maneira possível.

Percebi, nesta visitai, que o Brasil está num momento de grandes esperanças, de muita novidade, de novos enfoques, de nova visão, mas, além desse novo enfoque, dessa nova visão, precisa também de nova capacitação.

Em termos de abusos contra os direitos humanos, não podemos perpetuá-los. Muito pelo contrário, temos de lutar para reagir e responder a esses abusos, reduzindo-os. Os governos não gostam de ouvir o que digo, mas gosto de repetir que os governos não precisam de mais, mais e mais estruturas. Em geral, não é disso que precisam. Precisam de uma estrutura enxuta, eficaz, flexível e capacitada para agir, não de número maior de estruturas.

Recomendo a este Poder Legislativo que reúna os esforços de todos em prol de uma estrutura com capacidade para agir e resolver esses problemas.

Nesse sentido, a Comissão de Direitos Humanos é extremamente útil, para que todos se façam ouvir. Os índios também devem trazer à tona os seus problemas, as suas reclamações e denúncias, para que haja, cada vez mais, acesso à justiça, e que isso seja feito por intermédio do Poder Legislativo.

De onde vêm as informações que recebemos? Recebemos informações e denúncia de vítimas, relatos de ONGs e, em geral, da sociedade civil. É raríssimo recebermos informações de governos.



Quanto à pergunta feita a respeito de outros países onde há também denúncias de execuções extrajudiciais sumárias, em geral, a situação é a pior possível em regiões onde houve conflagrações, após uma conflagração. No Brasil também essas situações existem e foram muito denunciadas. Devido ao aumento da criminalidade, está havendo um número cada vez maior de execuções. Essa é uma preocupação muito grande para nós.

O que vejo no Brasil é uma novidade, porque as informações que recebi vieram do Governo. Para mim, é algo novo. E felicito o Brasil por ter tomado a iniciativa de prestar essas informações.

Quanto à pergunta: *“O que temos de fazer? Atacar o quê? A polícia?”*, respondo: sim, através de treinamento, para que ela realmente faça a prevenção no sentido de reduzir e eliminar a impunidade, a fim de que haja de fato um Poder Judiciário autônomo e independente para fazer investigações que levem à punição devida. Se a impunidade continuar, nada acontecerá, as violações continuarão e a violência crescerá cada vez mais.

Quanto à posição das Nações Unidas, não posso falar, pois não sou sua porta-voz. Posso falar apenas em nome, na condição de Inspetora Especial das Nações Unidas, sobre o que aconteceu na reunião de junho passado. Examinamos a questão do Afeganistão. Estive naquele país. Inclusive, presenciei as ações das Forças Armadas norte-americanas, e discutimos isso na nossa comissão. Critiquei a atuação das Forças Armadas americanas. Critiquei um ataque por parte da força aérea americana que matou pessoas no lêmén. Isso consta do meu relatório. Portanto, a nossa comissão é totalmente contra o que se convencionou chamar de ataques preventivos.

Na reunião especial de relatores especiais, expressamos grande preocupação quanto ao uso que está sendo feito do que se convencionou chamar de luta antiterrorismo. Foram dados vários exemplos pelos membros da nossa comissão. Essa chamada luta antiterrorismo está sendo mal utilizada e viola os direitos de outros povos. Tenho exemplo na minha própria terra, o Paquistão, onde pessoas sem terra foram aprisionadas e mortas principalmente por terem protestado e exigido seus direitos, inclusive o de terem propriedades.



Encerro abordando a questão dos homossexuais. Os países membros das Nações Unidas são muito sensíveis a essa questão. Os que lerem os relatórios da nossa comissão constatarão essa sensibilidade, porque estamos voltados para isso também. Muitos membros das Nações Unidas criticaram a mim e a outros relatores especiais por termos abordado a questão da orientação sexual ligando-a a casos de violência, de discriminação, de assassinato.

É muito importante que os casos de execução extrajudicial e sumária sejam trazidos à baila. Sabemos que será uma guerra longa e dura, mas temos de levá-la adiante. Aliás, tenho de elogiar o Governo brasileiro, que apresentou um projeto de resolução perante as Nações Unidas quanto à questão dos direitos humanos dos homossexuais. Esse projeto, infelizmente, foi derrotado, mas foi um passo importante dado pelo Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Antes de encerrar esta audiência, concedo a palavra ao Líder do PT, Deputado Nelson Pellegrino, que já foi Presidente desta Comissão, para, em nome do Governo, fazer a saudação de encerramento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Dou as boas-vindas à Relatora Especial da ONU, não só em nome do nosso País, mas do nosso Governo.

Como já mencionou o Deputado Enio Bacci, fui Presidente da Comissão de Direitos Humanos no ano de 2001. No Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, a Comissão, em conjunto com o Movimento Nacional de Direitos Humanos, sugeriu ao Governo brasileiro um convite aberto a todos os Relatores. E, por isso, estive em Genebra, com membros de outras Comissões de Direitos Humanos para fazer gestões para que a Relatora viesse ao Brasil.

Fui, por 7 anos consecutivos, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia do meu Estado e sempre lutei contra os grupos de extermínio. Sempre tive grande preocupação com esses grupos que praticam execuções extrajudiciais. Estarei na Bahia, quando da sua visita lá, onde poderemos conversar mais, mas gostaria imensamente de que, no seu relatório, fossem feitas duas sugestões. A primeira no sentido de acelerarmos a federalização dos crimes praticados contra os direitos humanos. É uma medida absolutamente necessária.



Encontra-se presente o Dr. Tadeu, que integra e já integrou o Conselho de Direitos Humanos e sabe que muitos casos de execução extrajudicial no Brasil foram apurados a partir de intervenção do Governo Federal, porque há uma participação grande de policiais civis e militares nesses grupos nos Estados. Então, as polícias estaduais acabam não fazendo essa apuração. A federalização é muito importante, porque dará à União o poder de investigar casos específicos que servirão como exemplo de desestímulo para outras ocorrências.

Outro aspecto muito importante nesse contexto é a constituição de força-tarefa do Governo Federal para investigar os casos mais emblemáticos.

Eram as contribuições que gostaria de dar.

Quero ainda dizer que, quando fui Presidente da Comissão dos Direitos Humanos, a Bahia tinha a maior incidência de casos de execução no País. Lá houve milhares e milhares de execuções.

Vou acompanhá-la na visita ao Estado, e poderemos conversar melhor. Sei que o tempo é curto, quis apenas dar-lhe as nossas boas-vindas. Acredito que seu relatório terá muita importância para o País, como teve o de Sir Nigel Rodley em relação à tortura, despertando no País debate sobre a necessária adoção de providências.

Sua visita era muito esperada por nós. E a nossa expectativa é a de que esse relatório deflagre importante processo de combate e repressão a essa prática que consideramos atentatória aos direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Agradecemos à Relatora Especial da ONU, Dra. Asma Jahangir, ao Embaixador Tadeu Valadares e aos demais presentes a participação.

Está encerrada a parte destinada à audiência pública.

Está havendo votação no plenário. Assim, ou adiamos a reunião ordinária ou vamos ao plenário e retornamos depois, para tentar votar alguns requerimentos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, há vários requerimentos na pauta. A proposta é a de que aprovássemos os requerimentos urgentes, como o que versa sobre a audiência. Se não votarmos hoje, não o faremos em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Vamos tentar fazê-lo agora, com urgência.



Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da reunião ordinária.

Passa-se à leitura da ata da sessão anterior.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Solicito a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Havendo a concordância do Plenário, está dispensada a leitura da ata, a pedido da Deputada Luciana Genro.

Passa-se, portanto, à Ordem do Dia.

Algum requerimento com preferência a ser votado?

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Sr. Presidente, solicito preferência para o Requerimento nº 4.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Requerimento nº 103, de 2003, da Sra. Deputada Luciana Genro, para a realização de audiência pública pela Comissão de Direitos Humanos, com a finalidade de ouvir as famílias e as entidades envolvidas diretamente no caso Araguaia e debater a respectiva decisão do Governo.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Srs. Parlamentares que forem favoráveis à aprovação do Requerimento nº 103, de 2003, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Passa-se à votação do Requerimento nº 108, de 2003, que se encontra na mesa, dos Srs. Deputados Enio Bacci e Luiz Couto, para a realização de audiência pública em parceria com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, com a presença da Direção do Sistema Brasileiro de Televisão e do apresentador Gugu Liberato, a fim de esclarecer a suposta entrevista com os integrantes da organização criminosa PCC.

Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. *(Pausa.)*

Os Srs. Parlamentares que aprovam o Requerimento nº 108, de 2003 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Consulto o Plenário sobre se há ainda alguma preferência para requerimento.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, peço sejam votados em bloco os requerimentos da Deputada Iriny Lopes e, depois, o requerimento da Deputada Luciana Genro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Já foi votado, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, desculpe. Quis referir-me aos dois requerimentos da Deputada Maria do Rosário e o de V.Exa. Que sejam votados em bloco. Acho que não há nada que contrarie essa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Havendo a inteira concordância do Plenário, passa-se à votação em bloco dos 3 requerimentos da Deputada Iriny Lopes: Requerimento nº 100, de 2003, que requer a urgente apreciação do Plenário e das Comissões desta Casa dos projetos de lei referentes aos direitos humanos; Requerimento nº 101, de 2003, da Deputada Iriny Lopes, que requer a realização de audiência pública para tratar da questão do acesso a medicamentos essenciais como um direito humano, e o Requerimento nº 102, de 2003, da Sra. Iriny Lopes, para que seja oficiado o Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Paulo Lacerda, a fim de que se manifeste sobre a contratação do Delegado Roberto Felipe de Araújo Porto, conhecido como Inspetor Porto, pelo Departamento de Polícia Federal.

Em discussão os requerimentos. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-los, em votação os 3 requerimentos.

Não havendo quem se manifeste contrariamente, estão aprovados, por unanimidade, os Requerimentos nºs 100, 101 e 102, de 2003.

Em votação o Requerimento nº 104, de 2003, da Sra. Maria do Rosário, que requer a realização de audiência pública, pela Comissão de Direitos Humanos, com a finalidade de debater sobre o tema *Tortura e Violência Praticada pelos Agentes Públicos*.

Em discussão o requerimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o Requerimento nº 105, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Sim, também o Requerimento nº 105, da Sra. Maria do Rosário, para a realização de audiência pública, pela Comissão de Direitos Humano, organizada pela Subcomissão dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, para debater as formas de trabalho infantil no Brasil.



Em discussão os requerimentos. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-los, em votação.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovados, por unanimidade, os Requerimentos nºs 104 e 105, de 2003.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, quanto ao Requerimento nº 104, sobre tortura, solicito que a Subcomissão dirija essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Com certeza. Está deferido o pedido de V.Exa.

Em votação o Requerimento nº 106, dos Srs. Deputados Enio Bacci e Maria do Rosário, para a realização de audiência pública, pela Comissão de Direitos Humanos, para debater o Projeto de Lei nº 70, de 1995, que dispõe sobre intervenções cirúrgicas que visem à alteração de sexo, e o Requerimento nº 107, do Sr. Enio Bacci, para realização, por esta Comissão, em conjunto com a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, do II Encontro das Comissões Parlamentares de Direitos Humanos dos países membros do MERCOSUL.

Em discussão os requerimentos. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-los, em votação.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado, por unanimidade, o Requerimento nº 106, de 2003, bem como o Requerimento nº 107, de 2003.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em primeiro lugar, queria fazer uma reclamação e, em segundo, uma solicitação.

Foi aprovado aqui a proposta de que membros da Subcomissão participassem, em nome da Comissão de Direitos Humanos, de uma missão oficial. Infelizmente, no dia em que estávamos programados para uma visita à Bahia e ao Amazonas, fomos informados de que não receberíamos sequer as passagens. Teríamos de ir por nossa conta para, depois, sermos reembolsados, o que não foi



feito até agora. Na última quinta-feira, íamos para uma audiência pública em Manaus, representando a Comissão, e também fomos informados que não receberíamos as passagens. A nossa cota é para nos deslocarmos até os nossos Estados, e tivemos de deixar de ir aos nossos Estados, porque usamos a cota em missão oficial da Comissão de Direitos Humanos.

Gostaria que V.Exa. entrasse em contato com o Presidente da Casa, a fim de termos, uma vez decidido que a missão é oficial, da Comissão de Direitos Humanos, todas as condições para realizar nossa tarefa.

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - A respeito do que levantou o Deputado Luiz Couto, gostaria de fazer uma sugestão — e, inclusive, conversei informalmente com V.Exa. sobre o assunto ontem. A rigor, esta Comissão, se comparada às demais, tem custo relativamente baixo. Quer dizer, o dispêndio com viagens e deslocamento de seus membros para atividades nos Estados é pequeno.

Seria importante o Presidente da Comissão ter uma conversa formal com o Presidente da Casa, no sentido de facilitar o reembolso do que já foi gasto por cada Deputado e viabilizar a agenda aprovada. Digo isso porque já tivemos o relato de outras dificuldades vividas pelo Deputado Luiz Couto.

Como relatei a V.Exa. ontem, estou preocupada com a confirmação da audiência Pública sobre execuções sumárias e chacinas, que ocorrerá no dia 2 de outubro, em meu Estado, pois estamos encontrando dificuldades junto à Presidência.

Minha proposta, portanto, é no sentido de que, em nome da Comissão, V.Exa. tenha uma conversa formal com o Presidente da Casa, a fim de viabilizar a agenda externa já aprovada para este ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Informo aos Deputados Luiz Couto e Iriny Lopes que nunca aconteceu de uma missão oficial aprovada por esta Comissão não ser ressarcida. Tenho absoluta convicção de que a Presidência da Casa ressarcirá qualquer despesa de viagem. Inclusive, tenho a informação de que



já foi autorizado o ressarcimento da viagem à Bahia e de que a de Manaus está praticamente definida.

Quanto ao que disse a Deputada Iriny Lopes, também já questionei a Presidência a respeito de uma avaliação mais profunda sobre a liberação de passagens. E acredito que tudo o que for aprovado pelo Plenário, em nome da Comissão, será liberado.

Informo ainda que recebemos convite para o curso de Estudos sobre Direitos Humanos, da Fundação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos, na PUC de Tucarena, São Paulo, nos dias 22, 23 e 24 de setembro, e indicamos nosso Secretário, Rui Siqueira Santos, para dele participar. Se algum Parlamentar também estiver disposto a participar desse curso, pode manifestar-se, que será indicado.
(Pausa.)

Gostaria que o Plenário desse anuência à indicação. (Pausa.)

Não havendo discordância, fica indicado o Secretário Rui Siqueira Santos para nos representar nesse curso.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião da Comissão de Direitos Humanos.

Está encerrada a reunião.